

Desenhando palavras na língua-mãe

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

O yanomami Davi Kopenawa disse: “Os brancos desenharam suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Nós guardamos as palavras dos nossos antepassados dentro de nós há muito tempo e continuamos passando-as para os nossos filhos”. Palavras sábias. Porém, no contexto atual, os professores indígenas organizam-se cada vez para ensinar crianças a desenharem as palavras da língua-mãe, como meio de proteger sua cultura contra o esquecimento imposto pelos brancos. Seguindo as estimativas do Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental, hoje são conhecidas 222 etnias, que falam mais de 180 línguas. A população indígena está em torno de 370 mil pessoas, habitando 627 Terras Indígenas de norte a sul do território nacional. Importante: se há três décadas a extinção dos povos indígenas era tida como inevitável, houve uma reversão na curva demográfica e sua população vem crescendo de forma constante desde os anos 1980. Não haveria melhor motivo para aprofundar suas raízes.

Na tarde de segunda-feira, 4 de julho, mais de 100 professores indígenas vindos de todo o país ocuparam um dos auditórios da Unicamp para o VI Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas. Os debates entrariam pela semana reservada ao Congresso de Leitura (Cole), com outros temas como “os povos indígenas na sociedade globalizada”, “indígenas no ensino superior versus ensino superior indígena” e “tradição, cultura e esportes na escola indígena”. “Ocorrem eventos do mesmo porte sobre educação indígena no Brasil, mas esporádicos e outros regionais. Este é o único encontro realizado com periodicidade e de âmbito nacional. Ele completa dez anos”, afirma Wilmar D’Angelis, professor do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp e um dos coordenadores das atividades.

Esta vez, segundo D’Angelis, a proposta foi avaliar avanços e impasses desde a promulgação da Constituição de 1988, que assegurou aos povos indígenas a utilização de suas línguas e de processos próprios de aprendizagem no ensino básico. Em 1993, o Ministério da Educação baixou resolução indicando que as escolas indígenas devem também ser diferenciadas e, em 99, o Conselho Nacional de Educação atribuiu aos Estados a obrigação de promover a formação de professores indígenas e de escolas específicas para as comunidades. “A pergunta que fica é: a que chegamos? O governo aponta que o número de alunos registrados em escolas indígenas saltou de 94 mil em 1999 para 150 mil em 2003, aumento de 60%. Mas precisamos saber se estamos construindo projetos de educação adequados para as comunidades ou se estamos apenas passando um verniz escolar”, questiona o pesquisador do IEL.

Contra e a favor – O professor José Mário Ferreira, do povo Mura, afirma que o Amazonas entrou definitivamente no processo de formação de professores indígenas a partir de 1994, quando saiu a primeira turma, dos Sateré-Mawé. “Teve um avanço muito forte porque outras etnias reivindicaram os cursos, com o apoio do governo estadual que via no projeto um bom recurso de mídia. De 2002 para cá, mudou o governo e houve uma queda por falta de vontade política. Assim mesmo, temos

cerca de 800 professores formados no magistério indígena, com a expectativa de criação de novas turmas em mais oito municípios”, informa.

De acordo com Ferreira, a possibilidade de oferecer uma educação diferenciada tem levado muitos professores de várias etnias, já formados pelo sistema tradicional, a fazerem o magistério indígena principalmente por causa do resgate da língua. No entanto, há resistências. “O governo tem razões para ser contra, pois é muito fácil para um prefeito formar um professor indígena na cidade, onde já existe toda a infraestrutura, ao invés de montar a escola na aldeia, levar alimentação, contratar horas-aula. Então, argumentam que essa educação não vai nos servir, que o mundo está globalizado, quando a questão é financeira. Mesmo em algumas comunidades indígenas, habituadas à educação do branco, há quem ache que estudar a língua é voltar ao passado, coisa dos parentes antigos”, conta.

Estão no Estado do Amazonas 60% da população indígena da Amazônia, ou aproximadamente 120 mil pessoas de 72 etnias – entre elas a dos Ticuna, uma das maiores do país, ao lado dos Guarani. “Da década de 1990 para cá, o número de crianças cresceu de 40% a 50%, até por conta da implantação do atendimento à saúde indígena, que agora chega às aldeias. A assistência ainda é precária, mas está bem melhor do que há dez anos, quando morriam muitas crianças”, reconhece o professor mura. O aumento da população, em sua opinião, só vem somar forças para seguir na luta. “A ideia do não-indio é de que daqui a dez anos não existirão mais povos indígenas, suas culturas, suas línguas. Nossa ideia é completamente diferente: achamos que em cem, duzentos anos, nossos filhos e netos continuarão falando nossa língua, preservando nossa cultura, e respeitando a sociedade dos brancos”.

Faltam livros – Ilir Jacinto, professor kaingang do Rio Grande do Sul, deixou sua pequena comunidade de Irai para participar da primeira mesa do encontro na Unicamp e descrever a situação preocupante vivida pelos indígenas em terras gaúchas. “A última turma de professores indígenas do Estado foi formada em 1992. Só em 2000, a Funai se comprometeu a retomar o curso e uma nova turma se forma nesse ano. Já o gover-



Escola indígena na zona rural de Miracatu, interior de SP: encontro na Unicamp avaliou avanços e impasses desde a promulgação da Constituição de 1988



D'Angelis: “será só verniz?”



Ferreira: avanços e recuos



Jacinto: faltam até livros



Dalmolin: formação é prioridade



Lopes: recursos externos



Juracilda Veiga: “vitoriosos”

no estadual não demonstra qualquer preocupação com a educação indígena”, denuncia. O professor vê outro grave problema, que é a falta de livros didáticos em língua kaingang – povo predominante na região, com cerca de 35 mil pessoas. “Como fazer uma escola diferenciada, se não

há livros? Os últimos foram escritos em 1978, por professores que se formaram na primeira turma da Funai. Para trabalhar nossa língua, precisamos de livros para que as crianças levem para casa, leiam e contem suas histórias”.

Gilberto Dalmolin, branco, profes-

or na Universidade Federal do Acre, afirma que a grande demanda dos indígenas na área da educação é a formação em nível superior. Segundo ele, há um movimento para que as universidades, nas regiões com essas populações, viabilizem o ingresso de indígenas em cursos regulares ou criem cursos específicos. “A maioria das comunidades já possui escolas indígenas, mas são de 1ª a 4ª série. Se a proposta é oferecer uma educação diferenciada, bilingüe, a formação de professores é prioridade para que o ensino médio também seja oferecido nas aldeias”, observa.

Dalmolin informa que o Acre acolhe 14 povos indígenas, cerca de 16 mil pessoas. A Funai estima que ainda existam 200 indígenas isolados no Estado. “O governo demarcou a terra para que eles permaneçam isolados, pois são agressivos, em retórica às agressões que sofreram de seringueiros. Como vivem em terras distantes, sem estradas e sem interesse econômico, são deixados em paz. Mas isso é ruim, já que ficam sem assistência e podem ser dizimados por doenças no contato com outros grupos indígenas”, ressalva. A etnia predominante no Acre é a dos Kaxinawá, nome um tanto preconceituoso escolhido pelos brancos, segundo a lenda de um seringueiro que viu um índio matando um morcego; *kaxi* significa morcego, e *natuwá*, homem. Os nativos, no entanto, se autodenominam Huni-Kuin: ser humano.

Um ideal e os contratempos

Füpeaitü é o nome de pronúncia quase impossível na língua dos brancos, com o qual o professor Constantino Ramos Lopes faz questão de se apresentar. Significa Asa Erguida. Quando ele recebeu um telefonema no orelhão da aldeia ticuna de Tabatinga, na fronteira do Brasil com Colômbia e Peru, respondeu que queria muito participar do encontro na Unicamp, mas não recebera a passagem até Manaus, hora e vinte de voo, e não tinha de onde tirar os R\$ 1,2 mil pela ida e volta. Foi apenas um dos contratempos que a ordenação do VI Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas teve de contornar para reunir mais de uma centena de professores de diversas etnias e de diversos pontos do país.

“A Funai iria pagar boa parte das passagens, mas está em greve há mais de um mês. Acionamos o Conselho Estadual de Educação do Amazonas para custear a viagem do professor Jacinto e de mais dois companheiros até Manaus, onde conseguimos um avião da FAB para trazer cerca de vinte representantes da região amazônica. Um pessoal do Pará, que não encontrou vócos por causa da Festa do Boi em Parentins, foi de barco até Santarém e de lá até Manaus. Os representantes de Rondônia não conseguiram vir. Os indígenas do Sul chegaram, mas não sei onde dormiram”, conta a professora Juracilda Veiga, do Núcleo de Cultura e Educação Indígena e coordenadora do evento na Unicamp. “Por tudo isso, nos sentimos vitoriosos em promover um evento com esta representatividade”, festeja.

Constantino Lopes ansiava por chegar e transmitir aos outros povos indígenas a bem-sucedida experiência de formação de pro-

fessores no Alto Solimões. Traz fatos, datas e números na cabeça. Conta uma história que começa nos anos 1970, quando foram formados os primeiros professores indígenas pela Funai, passando para os 80 e 90, com a criação das três organizações que hoje cuidam da educação, da saúde e da demarcação de terras. Esta mobilização só foi possível, segundo ele, graças à ajuda de organizações não-governamentais da Holanda, Noruega e França. “Durante dez anos, de 1993 a 2002, sobrevivemos e progredimos com a ajuda de recursos externos”, afirma.

A Organização Geral dos Professores Ticuna (OGPT) possui 504 professores ticuna associados, que antes da formação só podiam trabalhar com alunos de 1ª a 4ª séries. “Para você ter ideia de como o nível de educação era baixo. Somos 40 mil ticuna na região. Atualmente, o ensino fundamental nas aldeias tem 14 mil alunos e, o ensino médio, cerca de 1.500. Em 2001 e 2002, 204 professores concluíram o magistério indígena”, observa Lopes. Foi a própria OGPT que preparou o curso de formação de professores, com reconhecimento do Conselho de Educação do Estado.

Aluno do terceiro ano de matemática na Universidade Federal do Amazonas, Constantino Lopes já tem muitos colegas ticuna no ensino superior: 25 em pedagogia, 10 em matemática e cinco em ciências agrárias. “Agora, entregamos à Universidade Estadual do Amazonas um projeto para a licenciatura plena em pedagogia de 250 professores ticuna. O projeto deve ser aprovado pelo Conselho Universitário este ano para começar em 2006”, adianta.